

termos de adesão do Ministério Público do Estado ao acordo celebrado entre o CNMP e ONDH.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 16 de novembro de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3.550/2020-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 22735/2020, em 16/11/2020,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça JOSE GODOFREDO PIRES DOS SANTOS, para responder pela Supervisão Administrativa dos CAOs, durante o afastamento do titular MARCO AURELIO LIMA DO NASCIMENTO, nos dias 17 e 18/11/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de dezembro de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3.551/2020-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando das atribuições legais, e considerando os termos do expediente protocolizado sob o nº 23191/2020, em 25/11/2020,

R E S O L V E:

AUTORIZAR, sem ônus para o Ministério Público do Estado do Pará, a servidora ALEXANDRA SOUZA DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, a se deslocar desta Capital a Brasília/DF, no período de 1ª a 22/12/2020, para prestar auxílio como colaboradora eventual na implementação do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e Conselho Nacional do Ministério, notadamente no que se relaciona aos termos de adesão do Ministério Público do Estado ao acordo celebrado entre o CNMP e ONDH.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de dezembro de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3.554/2020-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 21733/2020, datado de 28/10/2020; e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 006/2014-MP/CPJ, de 16/7/2014, publicada no D.O.E em 23/7/2014 e republicada em 29/7/2014;

R E S O L V E:

I - DISPENSAR a Promotora de Justiça LILIAN REGINA FURTADO BRAGA da função de Coordenadora da Região Administrativa 15- Região do Baixo Amazona, designada pela PORTARIA nº 1.390/2020-MP/PGJ, de 11/3/2020, publicada no D.O.E. de 17/3/2020, a contar de 8/9/2020.

II - LOUVAR a colaboração, a competência, a dedicação e a lealdade com que a Doutora Lilian Regina Furtado Braga se houve no desempenho das atribuições de referida função.

III - DESIGNAR a Promotora de Justiça DULLY SANAÉ ARAÚJO OTAKARA, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenadora da Região Administrativa 15- Região do Baixo Amazonas, no período de 24/9 a 31/12/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de dezembro de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3.556/2020-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; CONSIDERANDO os termos do requerimento protocolizado sob o nº 14987/2020, em 08/07/2020, autuado sob o Processo nº 57/2020/CSMP-MPPA;

CONSIDERANDO o disposto no art. 26, inciso XI, c/c o art. 141, inciso II, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06/07/2006;

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 006/2019-MP/CSMP, de 10/07/2019, publicada no D.O.E em 16/07/2019;

CONSIDERANDO a decisão unânime do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, na 11ª Sessão Ordinária, realizada no dia 31/08/2020;

CONSIDERANDO os termos do requerimento protocolizado sob o nº 20287/2020, em 01/10/2020, deferido pelo despacho monocrático da Exmª. Srª. Conselheira Relatora, às fls. 178,

R E S O L V E:

AUTORIZAR o Promotor de Justiça de 3ª Entrância MARCELO BATISTA GONÇALVES, Titular do cargo de 7º Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Belém, a se afastar das funções ministeriais, no período de 07/01/2021 a 06/01/2023, para frequentar o Curso de Mestrado "Stricto Sensu" em Direito Constitucional, na Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 14 de dezembro de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 612936

N.º 186/2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente protocolizado sob o nº 23128/2020, datado de 24/11/2020, e do GEDOC nº 127798/2020, cadastrado em 24/11/2020,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 60, I da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994 JONATAS PINHEIRO DE SOUZA do cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, MP.CP-CP-102.3, nomeado por meio do Ato nº 145/2020, datado de 6/10/2020, publicado no D.O.E. de 20/10/2020, a contar de 7/12/2020

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 11 de dezembro de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 187/2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do GEDOC nº 127798/2020, cadastrado em 24/11/2020,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 60, I da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994 SEBASTIAO ISSA REIS GOMES do cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, MP.CP-CP-102.3, nomeado por meio do Ato nº 129/2020, datado de 10/9/2020, publicado no D.O.E. de 14/9/2020, a contar de 7/12/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 11 de dezembro de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 188/2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a exoneração do servidor Jonatas Pinheiro de Souza do cargo de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, por meio do Ato nº 186/2020, datado de 11/12/2020;

CONSIDERANDO os termos do Gedoc nº 127798/2020, cadastrado em 24/11/2020,

CONSIDERANDO que a nomeação não implicará aumento de despesa com pessoal

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, SEBASTIAO ISSA REIS GOMES para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, MP.CP-CP-102.3, a contar de 7/12/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 11 de dezembro de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 189/2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do requerimento protocolizado sob o nº 23289/2020, em 26/11/2020,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 60, II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, ANTONIO CASSIO SANTOS DA COSTA, do cargo de Auxiliar de Administração, MP.AUD-201-A-II, nomeado por meio de Ato do Procurador-Geral de Justiça, datado de 18/12/2013, publicado no D.O.E. de 19/12/2013, a partir de 23/11/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 11 de dezembro de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 612946

EXTRATO DA PORTARIA Nº 01/2020-MP/PJ ELEITORAL / 51ª ZONA ELEITORAL

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RONDON DO PARÁ torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, nº 000875-084/2020-MP/PJ ELEITORAL, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Av. Alameda Moreira, nº 234, Bairro Centro, Rondon do Pará -PA. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO nº: 000875-084/2020-MP/PJ ELEITORAL

OBJETO: Acompanhar e fiscalizar as medidas de distribuição de bens e serviços custeados ou subvencionados pelo Poder Público, fundada no § 10 do artigo 73 da lei 9.504/97, diante da situação de calamidade pública ocasionada pela pandemia do Coronavírus, no intuito de garantir que não haja promoção pessoal de candidatos ou partidos políticos.

Rondon do Pará, 17 de setembro de 2020.

DALIANA MONIQUE SOUZA VIANA

Promotora de Justiça

Protocolo: 612948

PORTARIA Nº 3596/2020 -MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e CONSIDERANDO a necessidade de se adotar critérios visando realizar uma fiscalização mais efetiva no que se refere à execução dos contratos de prestação de serviços firmados pelo Ministério Público;